

A Primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro: 1831 – 1858, notas de pesquisa

Luiz Fernando Saraiva

Thiago Alvarenga de Oliveira

Resumo:

A primeira Caixa Econômica da cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1831 e se manteve até 1858 quando foi liquidada por decisão dos acionistas. O presente trabalho busca compreender o contexto da fundação desta instituição; a sua trajetória e ainda levantar algumas hipóteses acerca do seu fechamento ao final da década de 1850. As fontes utilizadas foram os estatutos de fundação da referida instituição, os balanços e notícias publicadas nos jornais e outras publicações do período que faziam referência a importância das Caixas Econômicas.

Palavras-chaves:

Caixa Econômica, Poupança, Títulos da Dívida Pública, Regência, 2º Reinado

I. Introdução:

O estudo sobre as origens e história das Caixas Econômicas é relativamente recente entre os historiadores em geral e os historiadores econômicos em particular, a despeito da importância que estas instituições tiveram aos contemporâneos ou ainda do que poderíamos chamar de uma História Institucional (COSTA, 2011). Nos novos estudos tem resgatado principalmente a história da Caixa Econômica do Rio de Janeiro fundada em 12 de Janeiro de 1861, a primeira com caráter público. Entre estes estudos destacam-se àqueles que constroem uma história ‘geral’ desta instituição (ADAMS, 2005); àquele que em uma análise de maior fôlego demonstra a importância das caixas econômicas em geral para o financiamento do próprio Estado (MARCONDES, 2014) e ainda trabalhos que abordam questões como a capacidade de grupos subalternos, particularmente escravos, tinha de fazer pecúlio, inclusive recorrendo a depósitos em

bancos e na Caixa Econômica do Rio de Janeiro a partir de 1861 (VILLA, 2009 e GRINBERG, 2011).

Sobre a Caixa Econômica do Rio de Janeiro fundada em 31 de Julho de 1831 e que foi liquidada por decisão dos acionistas em 27 de Janeiro de 1859 somente existem notícias esparsas e que muitas vezes tratam-na como uma instituição efêmera, sem maior ‘fôlego’ ou importância. Aqui entendemos que a dimensão política e social da criação da mesma e ainda a importância econômica que a própria instituição teve, justificam o presente estudo. Cumpre ainda dizer que essa é uma pesquisa em curso, portanto, algumas questões aqui apontadas são conclusões provisórias que, podem e devem ser modificadas com o aprofundamento da pesquisa e ampliação do *corpus* documental.

O presente texto se divide, incluindo esta breve introdução, em cinco partes; na que se segue (II) faremos algumas breves considerações sobre o contexto econômico / monetário do Rio de Janeiro no início do século XIX. Na terceira parte analisamos o contexto de criação da Caixa Econômica, seus estatutos, bem como uma breve descrição dos seus fundadores e uma análise também sumária nos motivos e na importância de sua criação. A quarta seção apresenta uma análise sumária das contas e número de sócios da instituição a partir das prestações de conta publicados em diversos periódicos e algumas das razões que levaram a liquidação da mesma instituição ao final da década de 1850. Por último, e a guisa de conclusão o estudo sintetiza algumas questões esboçadas no presente texto.

II. Economia e circulação monetária em meados do século XIX:

Para o estudo de instituições financeiras, como a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, é necessário e fundamental o tratamento através da perspectiva econômico-social, relacionando com trabalhos da História de Empresas, pois deve-se entendê-las como

parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens. (LEVY, 1994, 20)

A partir desse conceito, podemos ver as instituições financeiras criadas no Brasil ao longo do século XIX como uma estruturação de capitais em forma de empresa, aos moldes europeus, porém em uma sociedade escravista, e em uma forma *particular* de escravismo como era a sociedade brasileira oitocentista. Isto implica em uma confluência entre relações diretamente capitalistas com não-capitalistas. Assim partimos a investigação histórica percebendo que a reprodução dessa lógica não se torna incompatível nessa sociedade e não estabelece, necessariamente, um conflito de interesses.

Dito isso, qual era a circulação monetária e as opções de poupança na capital carioca? O Rio de Janeiro estava numa situação delicada a respeito da quantidade de moeda em sua praça comercial. Ao contrário da primeira metade do século XVIII, com a abundância de metais e, portanto, moedas, o Rio vivia com a falta do meio circulante devido à mudança da responsabilidade de cunhagem de moeda para a Inglaterra. Para efeitos de comparação, a Casa da Moeda do Rio de Janeiro cunhou ao longo do século XVIII (1703-1809) o total de 200 mil contos de réis, enquanto que no ano da chegada da família real, o meio circulante acumulado na praça carioca alcançava a soma de 10 mil contos de réis (MELO FRANCO, 1979, 19).

A chegada dos comerciantes portugueses, junto com as reformas estruturais trazidas com a vinda da família real portuguesa em 1808 transformaria a cidade do Rio de Janeiro drasticamente. Em 1808, Visconde de Cairú promulga a Lei de Aberturas dos Portos, a qual eleva o Rio de uma cidade portuária colonial subordinada à Lisboa para um porto internacional, assim sendo de extrema importância a necessidade de uma reforma monetária e um aumento do meio circulante, isto é, emissão de papel-moeda.

Uma das primeiras ações do príncipe regente D. João VI no Brasil foi uma tentativa de estabilizar a economia local. A partir dessa premissa e somada à necessidade de cobrir os custos de instalação da corte, é estabelecido em 8 de Agosto de 1808 a fundação do primeiro Banco do Brasil, que seria responsável pela emissão de notas promissórias lastreadas pelo tesouro português. Portanto, impulsionado pela abertura dos portos e pela revogação do alvará de proibição de fábricas e manufaturas

no Brasil, aumentou a demanda de moeda para circulação, principalmente na praça carioca, a qual ficaria na responsabilidade de emissão do recente Banco do Brasil (MULLER, 2004).

Além do papel de emissor de moeda, o primeiro Banco do Brasil tinha a permissão de aceitar depósito, assim como emitir e descontar letras. Sua renda era advinda, principalmente, da comissão coletada através das transações individuais ou de agências públicas (PELÁEZ, SUZIGAN, 1976, 51 e 52). As ações só foram encontrar investidores interessados a partir de 1813, principalmente graças ao aumento garantido de dividendos e vantagens oferecidas aos acionistas. Em 1816, por exemplo, as ações do Banco rendiam a 19% ao ano (MULLER, 2004).

Entretanto, o banco não se sustentou, principalmente devida a incapacidade de manter o lastro de suas emissões. A obrigação de manter a convertibilidade das letras em ouro, os constantes empréstimos ao governo e membros da elite, o retorno do Rei D.João VI à Portugal, esvaziando os cofres do dito banco, foram os principais fatores para que sua licença, firmada de 20 anos em sua criação, não fosse prolongada em 1829 (PELÁEZ, SUZIGAN, 1976).

O fechamento do Banco do Brasil não causou grandes abalos à oferta de crédito ao setor privado e ao governo. O financiamento dos gastos públicos ficou na base da venda de títulos da dívida pública, enquanto que o crédito à iniciativa privada permaneceu nas mãos dos comerciantes e capitalistas.

A década de 1830 é conhecida na historiografia brasileira como o “período sem bancos” (PACHECO, 1973, 6), porém isso não quer dizer que não houve o surgimento de inúmeras instituições que realizassem empréstimos ou funcionassem, de certa maneira, como prestadores de serviços bancários. Essas instituições, em sua maioria iniciativa do capital privado, continuaram a funcionar ao longo das décadas até o final da década de 1850 e início de 1860 com fortes crises que atingem e colocam fim nas suas atividades.

É nesse período de falta de instituições bancárias, que é fundada a Caixa Econômica do Rio de Janeiro em 1831, originária de capitais privados e tendo como principal função a criação do hábito da poupança na sociedade carioca e a absorção da

mesma, objetivando, principalmente as pequenas poupanças de trabalhadores e de escravos que depositavam suas economias nas cadernetas da instituição.

Entretanto, nesse mesmo período, há uma grande diversificação de instituições de crédito e poupança no segundo quartil do século XIX, o que nos aponta que, mesmo com os conflitos sociais e políticos das conturbadas décadas de 1820, 1830 e 1840, temos um surgimento de várias dessas instituições, entre elas: em 1827 o surgimento do *Montepio do Exército*; em 1831, da *Caixa Econômica do Rio de Janeiro*; em 1834, da *Caixa Econômica da Cidade da Bahia* e da *Caixa Econômica de São Paulo* e em 1835, o *Montepio Geral de Economias dos Servidores do Estado* e *Caixa Econômica de Campos*, entre outras.

Desse modo podemos perceber a importância que o fluxo de moeda influía, seja pelos empréstimos pessoais ou pelas instituições financeiras, cada vez mais na sociedade brasileira como um todo e carioca especificamente. A Caixa Econômica surge nesse contexto como uma instituição ‘moderna’ mas também ‘filantrópica’, onde o lucro envolvido nas poupanças são compartilhados entre seus acionistas de acordo com o investimento inicial e periódico de cada um. Essa dupla ‘identidade’, de uma instituição que se pretende racionalmente capitalista mas também moralmente regeneradora será uma dos motes mais importantes para entendermos a história da Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

III. A construção da Caixa Econômica do Rio de Janeiro:

Em 31 de julho de 1831 foi inaugurada na corte a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, a notícia da sua fundação foi publicada no *Jornal Ástrea* no dia 09 de Agosto de 1831 e comemorada como uma importante instituição como se segue abaixo:

A caixa de Economias instituída por alguns cidadãos amigos de Instituições verdadeiramente úteis, é um desses estabelecimentos que existem em todos os países civilizados, onde tem merecido a proteção de todos os homens virtuosos. É de esperar que entre nós esta sociedade apesar de seu título pouco pomposo, também encontre nos bons cidadãos brasileiros igual acolhimento e que os nossos artistas a seu exemplo concorram para esta Caixa, com pequenas quantias que puderem economizar: a constância em depositar ali tais economias lhe provará em algum tempo que não o fizeram em vão. (*Ástrea*, 1831)

Já nessa notícia podemos perceber algumas questões que seriam fundamentais para a história da primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro, o caráter *civilizador* buscado pelos seus criadores, revestido de um grande *paternalismo* em relação as classes menos favorecidas. O termo *artista* obviamente se referia aos artesãos que viviam dos seus salários e, ainda envolvia outros trabalhadores como escravos, mulheres e até mesmo crianças. A Caixa havia sido fundada então por *homens virtuosos* para que esse *exemplo* contaminasse as demais classes sociais. Nessa mesma edição foram publicados os estatutos do seu funcionamento e a lista dos primeiros ‘funcionários’ (tesoureiros e secretários) e que nos ajudam a entender as suas regras de funcionamento e algumas das suas características.

Os Estatutos eram compostos por três títulos (I. *Da Caixa Econômica, e suas operações*; II. *Dos Acionistas* e III. *Da Administração*) e 21 artigos, tratavam de maneira genérica das regras de funcionamento, dos direitos dos acionistas e da administração da instituição. No título I determinava-se que a Caixa seria criada quando 60 acionistas fossem reunidos (art. 2º), seriam nomeados na reunião fundadora 6 tesoureiros e 6 secretários (art. 3º). Os estatutos não determinavam algum local de funcionamento, mas afirmavam que as reuniões deveriam ocorrer “*todos os Domingos das nove da manhã até a uma da tarde*” (art. 5º).

Os artigos 6º, 7º e 8º diziam que os capitais reunidos deveriam ser aplicados somente em Apólices da Dívida Pública, que os juros deveriam ser repartidos entre os acionistas de 6 em 6 meses e ainda que os juros começariam a ser contados depois do primeiro mês do depósito. Isso se aproxima da maior parte das instituições associativas criadas nesse período, como, por exemplo, o *Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado* criado em 1835 e que até 1917 somente investiu os recursos arrecadados em títulos públicos do governo imperial e depois federal (PEREIRA, 1952).

No título II (*Dos Accionistas*) vemos que a Caixa aceitaria quaisquer indivíduos, independente de sexo, idade ou condição, entretanto as mulheres casadas, os menores e os escravos somente poderiam ser aceitos com a autorização dos maridos, dos pais e dos senhores (art. 1º). Nas Caixas Econômicas fundadas em outros países (como a de Paris em 1819 e que terá grande influência no Brasil) não havia restrições que esposas e filhos/as poupassem e mesmo de escravos, como foi o caso em Trinidad

em 1824 quando foi criado um banco de depósito específico (GRINBERG, 2011, 145). No Brasil a questão das esposas, filhos menores e cativos ainda seguia as *Ordenações Filipinas* (na ausência de um código civil que somente seria em 1917) e porque sobre essas condições sociais a constituição do Império do Brasil nada dizia. O paternalismo que chamamos atenção no início desta seção aparece consubstanciado aqui neste artigo.

No artigo seguinte (2º) determinava-se que os depósitos não poderiam ser inferiores a um tostão (cerca de 80 réis) ou superior a 10\$000 (dez mil réis), à exceção do primeiro depósito que poderia ser de até 100\$000 (cem mil réis). Os demais artigos (3º, 4º e 5º) regulavam o direito dos acionistas em retirar as quantias guardadas, ou os seus rendimentos desde que avisassem com 8 dias de antecedência; além disso, os acionistas receberiam gratuitamente uma caderneta em que seu nome e condição seriam lançados, bem como a quantia inicial depositada.

Essa questão das cadernetas irá possuir um grande valor simbólico pois encontramos em dezenas de publicações nos jornais da época sobre trabalhadores que perderam as suas cadernetas e pediam que quem as encontrasse devolvessem no jornal. No Brasil até a expansão do sistema bancário, a popularização dos cartões magnéticos e dos terminais de autoatendimentos nas duas últimas décadas, o uso das cadernetas de poupança, bem como das carteiras de trabalho, identificava os trabalhadores e, foram diversas vezes utilizadas como cédulas de identidade e, principalmente de idoneidade por parte dos seus portadores, diferenciando-os dos demais grupos populares como vagabundos, mendigos, bêbados, prostitutas, doidos, etc. (GUIMARÃES, 2011)

Também as cadernetas dos escravos conforme o trabalho de Grinberg se revestiam de dúvida importância pois de uma lado demonstram o ato e a capacidade de que podiam buscar alforria, mas também, por outro lado no fato de que era sinalizado a sua condição de cativo pois *é que todas as cadernetas de escravos eram riscadas onde aparecia a palavra senhor antes do espaço destinado à redação do nome do poupador* (2011, 154)

Na última seção, relativa à *Administração*, vemos que a Caixa seria administrada por uma assembleia de 60 acionistas, um tesoureiro e um secretário (art. 1º). Entre os acionistas, 30 seriam escolhidos entre aqueles com maiores depósitos e os

outros 30 livremente pelo universo total dos acionistas (art. 2º). Haveria duas reuniões anuais (fevereiro e agosto) em que a assembleia dos acionistas verificaria as contas e prestações do secretário e tesoureiro e faria as alterações necessárias no estatuto, além de nomear os 6 tesoureiros e 6 secretários que serviriam em cada semestre (art. 3º). Em cada mês, a Caixa seria administrada por um tesoureiro e um secretário, sendo a ordem definida pela assembleia dos acionistas de acordo com os votos recebidos nas duas sessões anuais (art. 4º, 5º e 6º). Aos secretários e tesoureiros competia a administração cotidiana da Caixa (art. 7º e 8º) e, entre as funções do tesoureiro, havia ainda a possibilidade de receber as doações (dádivas) devendo ainda passar recibo ao doador (art. 7º).

Esse último ponto estava em consonância com outras associações mutuais da época que recebiam doações das pessoas ‘gradas’, como, por exemplo, o *Montepio Casa dos Artistas de Salvador* (fundado em 1852) e a *Casa Montepio dos Artistas Cachoeiranos* (1874), conforme alguns estudos anteriores demonstram; ou seja, mesmo se propondo a ser uma Instituição de ‘novo tipo’ por se diferenciar dos montepios, por exemplo, a Caixa Econômica por reunir trabalhadores ‘simples’ aceitaria doações dos *homens bemfazejos* (SILVA, 1998 e ALMICO, SARAIVA, 2008).

O caráter civilizador e paternalista também pode ser visto entre os fundadores da mesma e em uma breve análise de suas trajetórias. Faremos, portanto, uma breve descrição de quem foram estes fundadores e quais posições eles ocupavam na hierarquia econômica e política do país no momento de criação da instituição.

Entre os fundadores que tomaram posse como Tesoureiros, encontramos Bento de Oliveira Braga que era àquela altura, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1830 – 33), fazendeiro da região de Vassouras, seria ainda deputado imperial no período de 1834 – 37. Foi eleito também o jornalista, advogado e político de origem baiana, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto que irá conseguir em 1853 a concessão de uma ferrovia que ligasse Salvador a Juazeiro. Em 1831 era associado aos políticos exaltados ou àqueles que precipitaram a abdicação de D. Pedro I em 07 de abril de 1831. Político ‘exaltado’ também era Antônio de Castro Alvares deputado na legislatura de 1831, participou das diversas monções contra D. Pedro I. Vemos ainda o nome de Francisco Joze Guimarães que era um grande comerciante no Rio de Janeiro,

ligado ao tráfico de escravos e ainda ao empréstimo de dinheiro (BRAGA, 2013). Já José Bernardino Baptista Pereira originário de Campos dos Goytacazes, era advogado formado por Coimbra, havia sido ministro da Fazenda em 1828, tendo se indisposto com o Imperador no ano seguinte e se colocado na oposição ao monarca.

Os secretários eleitos na ocasião foram José Florindo de Figueiredo Rocha professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e que foi secretário por muitos anos reconduzido, tendo falecido em 1862. Foi bacharel em Filosofia, havia recebido uma bolsa de estudos de D. Pedro I para se especializar em Metalurgia na Europa (decreto de 7 de Janeiro de 1825), era membro ainda Tesoureiro do Conservatório Dramático Brasileiro e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Outro secretário que também foi deputado e que teve intensa participação ativa nos atos que levaram a abdicação de D. Pedro I foi José Joaquim Vieira Souto, Além de deputado, Vieira Souto era redator do jornal *Liberal Astréa*, onde as primeiras informações sobre o funcionamento, composição e balanços da Caixa Econômica foram publicados. Outro secretário foi Saturnino de Souza e Oliveira (Coutinho), advogado e político liberal, membro do partido desde a sua fundação, foi nomeado tenente-coronel da Guarda Nacional em 1832 tendo combatido os caramurus (conservadores) nesse mesmo ano. Também era deputado geral, eleito pelo Rio de Janeiro em 1831, quando da criação da Caixa. Outro dos secretários nomeados foi Joaquim José Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), nascido no rio de Janeiro, formou-se em matemática em Coimbra e, era Ministro da Marinha em 1831 quando da criação da Caixa Econômica, também membro do Instituto Histórico, teve trajetória política bastante destacada, falecendo em 1872. Além destes, Evaristo Ferreira de Veiga e Barros, jornalista, poeta e político como deputado geral por Minas Gerais de 1830 até sua morte em 1837. Foi redator do jornal *Aurora Fluminense* e um dos líderes do movimento que levou a abdicação de D. Pedro I. O último secretário nomeado foi Manoel Felizardo de Souza e Melo, militar, professor da Academia Militar da Corte à época da criação da Caixa.

Os nomes dos demais acionistas que fundaram a Caixa em 1831 é incompleta pois não temos todos os nomes (faltam as páginas 3 e 4 do referido jornal) porém identificamos outros ‘personagens de peso’ da política brasileira como Joaquim Gonçalves Ledo, Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, Cândido Batista de Oliveira e

ainda vários comerciantes como Sabino da Silva Nazareth (proprietário, capitalista e coronel).

De uma análise sumária dos nomes listados, vemos que a grande maioria era de políticos ligados ao grupo liberal que começava a se desenhar e ainda proprietários e comerciantes. Além de pertencerem ao grupo que queria ‘modernizar’ o império, abandonando grande parte da ‘herança’ lusitana e se inspirando em ‘modelos’ originários da Inglaterra e, em maior medida da França.

No ano de sua criação, podemos verificar uma profusão de notícias em diversos jornais sobre a Caixa Econômica e as vantagens que poderiam ser obtidas com o seu sucesso. Primeiramente, é notório o caráter moralizante, e, ao mesmo tempo, civilizatório e progressivo que é impresso na criação deste estabelecimento.

Os moldes dessa caixa econômica criada em 1831 na cidade do Rio de Janeiro são reflexos das originárias na Europa, em especial, as da França. Seus pressupostos partem da importância de criar ordem através da economia entre a população, ou seja, trazer à sociedade carioca o princípio moralizante através da ordem de poupar ao invés dos gastos com vícios diários. Conforme podemos ver na nota do periódico *Astrea* em 13 de março de 1832:

Pelo o que diz respeito á moral, as vantagens da Caixa Econômica não são menos apreciáveis; com efeito basta lembrarmo-nos de que pequenas quantias muitas vezes repetidas, podem no de algum tempo produzir um capital considerável, para nos convenceremos da influencia, que poderá ter no melhoramento dos costumes uma tal Instituição; [...] e em geral o país, banindo ociosidade, e a dissipação, e espalhando-se o habito da ordem, trabalho, e economia, lucrará em extremo com ter Cidadãos honestos, laboriosos, e poupados. (Jornal *Astrea*, edição número 810, página 2)

Ainda nessa nota é explicitada as especificações dos benefícios que cada “*classe laboriosa*” poderia obter através dos pequenos depósitos frequentes na Caixa Econômica, os quais, além de contribuírem para a criação do “*habito de ordem, trabalho, e economia*” na sociedade, também os proveria de uma situação mais confortável dentre alguns anos. Como pode-se ser visto na transcrição do trecho da nota:

[...] os Jornaleiros, os Oficiais artistas, os Empregados Públicos, e em geral, todos os que vivem á salários, terão um meio de tornarem a sua sorte menos precária, e de abrigarem as suas famílias da corrupção, e

indigência: as meretrizes poderão, moralizando a sua infeliz situação, utilizar a sua voga contingente, e efêmera, e preparar por esse meio hum futuro mais seguro, e honesto; os escravos encontrarão facilidade de depositarem *vantajosamente* as suas pequenas economias, com cujo produto devem comprar a sua liberdade, sem se arriscarem á sórdida avidez dos taberneiros; (Idem, grifos no original)

Com essa mesma intenção se fez válida a comparação com as caixas econômicas dos países europeus, padrões de civilização e progresso para o imaginário brasileiro da época, principalmente a Inglaterra e França. Como podemos ver na nota intitulada “*Caixa Econômica e de previdência de Pariz*” divulgada no mesmo jornal *A Verdade* em 20 de Novembro de 1832:

A caixa econômica e de previdência é uma das mais uteis instituições filantrópicas da época. Fundada em 1818, ela conta 13 anos de existência, e talvez cem mil famílias lhe devam seu bem estar, pelo habito de ordem e de economia que resultou sempre da faculdade de se poder pôr em segurança suas economias e livra-as da dissipação. (Jornal A Verdade, edição número 00110, página 2)

Subsequentemente, na mesma nota, apresenta-se trechos do então presidente da *Assembleia Geral dos Directores e Administradores* - Mr. Delessert. Suas intenções no discurso é demonstrar o valor de tal instituição francesa para assim “*melhorar a sorte do povo, e de dotar a Patria de boas instituições*”. Segundo o mesmo, a multiplicação de estabelecimento desse gênero é fazer “*uma verdadeira revolução nos costumes das classes laboriosas: fazei-os econômicos, que eles se tornarão felizes, ellas adquirirão hábitos de ordem e de boa conducta, e se farão amigas do governo e de famílias*”.

Em seguida, seus comentários perpassam os efeitos causados nos balanços da caixa pelo momento conturbado na França em 1830, os quais não foram capazes de impedir o crescimento de entradas, embora o tenha retardado. No fim, o redator (não-identificado) da nota retorna às palavras comparando a caixa econômica francesa com a do Rio de Janeiro: enquanto as duas “*oferece[m] as mesmas alternativas e seguranças daquela [de Paris], que só difere d’aqui, em que a de Paris garante todo o acionista 5% por ano, e esta garante tudo quanto render, o que tem excedido já a um e três quartos [porcentagem ao mês]*” (Idem, Grifo nosso).

Essa grande influência do contexto internacional e, particularmente o francês, também pode ser visto na tradução e publicação da obra “*Des bons effets de la caisse d’épargne et de prévoyance ou les trois visites de M. Bruno*” de autoria de Pierre-Édouard Lemontey, a qual foi encomendada pela Caisse d’épargne (Caixa Econômica) de Paris, sendo publicada em 1819 e reeditada em 1821, 1832 e 1833. Essa pequena ‘novela’ estimulava a poupança dos trabalhadores a partir de uma história ‘exemplar’ e foi distribuída na França aos acionistas (ou poupadores) da Caixa. No Brasil A “novela” foi publicada em 1832 com o mesmo intuito de estimular o crescimento e, portanto, a popularização da Caixa Econômica recém criada no Rio de Janeiro, uma vez que tal novela era repleta de lições acerca da necessidade da poupança pessoal e familiar (SARAIVA, 2014).

Seguindo no mesmo âmbito, o jornal *Astrea* publica no mesmo ano de 1832 no dia 26 de Janeiro, uma nota onde, inicialmente traz à tona uma tabela de estimativas de rendimentos da poupança para vários valores iniciais depositados ao menor juros de 10% anuais garantido pela Caixa Econômica. Em sequência compara a Caixa do Rio de Janeiro com as da Inglaterra e França, alegando ser a do Rio de Janeiro a mais liberal delas, pois “*não fixarão juro, faz em todos os Semestres (Fevereiro, e Agosto) o Dividendo proporcionalmente ás Entradas, e ao tempo, que tem decorrido depois da sua efetuação*”. (Jornal *Astrea*, edição número 796, página 2, Grifos no original)

Portanto, alega também que os juros do último semestre do ano de 1831 chegou a aproximadamente 1,78% ao mês, quase 22% (na verdade, 20,88% ao ano). Ademais, esse jornal divulga frequentemente os balanços mensais de receita e despesa da Caixa Econômica nos seus dois primeiros anos de existência (1831 e 1832). (Jornal *Astrea*, edição número 796, página 2. Grifos no original).

Ainda sobre a divulgação e a crescente importância da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, em 1834, no periódico *Diário do Rio de Janeiro*, temos publicado no dia 19 de Agosto, um texto que ocupa a totalidade da primeira página do periódico e o início da segunda sobre a crescente importância das Caixas Econômicas pelo mundo, em especial na França ao listar todas as cidades francesas que já as possuem e também aquelas que estão no processo de criar suas filiais. A matéria traz trechos do discurso do Barão Carlos Dupin feito em Paris em 1833 e chama a atenção da precocidade da

criação da caixa no Rio de Janeiro, demonstrando assim uma equiparação em termos modernizantes aos países estimados como “desenvolvidos”:

O estabelecimento da Caixa Econômica no Rio de Janeiro tem já produzido tanta utilidade, e promete para o futuro tantas vantagens, que tudo aquilo que tiver relação com semelhantes estabelecimentos em outros países, deve causar grande interesse aos Brasileiros, e principalmente aos Fluminenses, que tiveram a glória de serem os primeiros a criarem a Caixa Econômica. (Jornal Diário do Rio de Janeiro, edição número 800015, página 1 e 2).

O texto relaciona ainda o crescimento de tais estabelecimento às *lições de uma grande moralidade* [...] *Assim as Caixas Econômicas são um verdadeiro termômetro, que sobe com a paz pública, e que desce quando aparece a desordem.* Dessa maneira, clamando pela ordem pública, em voga na França pós Revolução de 1830.

Não é estranho que num momento de disputa pelo poder político regencial no Brasil, os jornais fossem utilizados como principais meios de tentativa de conscientização popular. O periódico *A Verdade*, publicamente a favor da abdicação de Pedro I, publica uma nota em 22 de Janeiro de 1833, dizendo que vem sofrendo acusações por jornais de oposição à Regência, alegando que o que fazem é de utilidade pública para o bem da independência do país, portanto

[...] o que fazemos, por nos convenceremos de que não é só com a política que havemos de prosperar, mas sim com a agricultura, comércio e artes, aumento de população, melhoramento de estradas, instrução e **moralização pública**, pois são estes os veículos por onde nos deve chegar a absoluta independência de nosso país, que amamos por termos nele aberto os olhos, com tudo iremos marchando dos nossos princípios, e nesta confirmidade [sic] falaremos da **Caixa econômica**. (Jornal *A Verdade*, edição número 00133, página 3, Grifos nossos)

Em seguida, o jornal enaltece novamente as vantagens da acumulação através da poupança e demonstra alguns números do crescimento da caixa econômica em apenas um ano de existência. Por fim, alega que [...] *não podemos deixar de acusar os nossos colegas das Províncias de não terem reiteradas vezes promovido a criação das caixas filiais a esta*, comunicando portanto a criação de outras caixas como por exemplo, a da vila de Valência na Bahia e a de São Paulo.

As notas de repúdio às críticas sofridas pelos opositores não cessam nos dias seguintes. Uma semana mais tarde, no dia 29 de Janeiro de 1833, a nota publicada é uma resposta a edição do *Diario das mocambas* publicado no dia 25 do mesmo mês, alegando ser um *sonho bem digno de sonhador* o que foi redigido, e que tal sonho (no sentido de se configurar apenas no imaginário) só serve para *desacreditar a caixa econômica*. Ademais, afirma que se a intenção era fazer mal a casa de poupança, só fez que as entradas no Domingo p.p. fossem as mais avultadas que se tem visto. No fim da nota, ainda deixa claro seu partidarismo *Sonhe pois o Caramurú quanto quiser, os liberais vão fazendo ao País o bem que podem, facção os Caramurús o mal que poderem, e depois não chorem*. Dessa maneira, o jornal continua mostrando sua posição política e fortalecendo a imagem da Caixa Econômica do Rio de Janeiro até onde se tem registro documental preservado (Jornal A Verdade, edição número 136, página 3 e edição número 141, página 3).

Alguns meses mais tarde, no dia 6 de Agosto de 1833, é publicada no mesmo jornal uma nota citando os deputados Rebouças e Cavalcanti Hollanda, os quais são julgados pela mesma nota como conservadores e, portanto, opositores ao Governo, ao alegar que os mesmos deputados

[...] notarão na Câmara os progressos extraordinários, que tem tido o estabelecimento da Caixa Econômica no Rio de Janeiro, e disseram que era este estabelecimento uma proba de boa disposição do nosso Povo para a prosperidade, e que não precisávamos senão da boa direção. (Jornal A Verdade, edição número 206, página 3 e 4)

O jornal delega aos *amigos do Governo* a responsabilidade de criação, sustentação e prosperidade do estabelecimento citado. Ademais, delega a criação da Caixa Econômica e todas as vantagens trazidas por ela para a sociedade carioca e também brasileira, uma vez que outras filiais iam sendo criadas pelo país, portanto sendo

“[...] obra da Revolução, e dos amigos dela, e dos amigos dela, e si tem conservado, se tem prosperado, si se acha hoje firmada a ponto, que ninguém poderá destruir, é porque ai não entrarão as harpias da oposição, é porque nunca ai ganhou influencia o partido desorganizador, que só sabe destruir; (Idem)

As críticas seguem afirmando que os opositores vinham insinuando *ao Povo que os fundos da Caixa Econômica eram divergidos pelos Moderados, que estavam a testa dela, para as despesas da Sociedade Defensora*, dessa forma, sendo uma maneira de roubar o dinheiro público. Não obstante, as tentativas de tentar diminuir o prestígio da Caixa Econômica, ao despertar um grande número de retiradas de poupança, geraram efeito contrário novamente, pois *foram prontamente pagos, e a Caixa não ganhou senão mais reputação: se pois ela causa admiração aos Srs. da oposição, nós lhes podemos dizer: 'não é obra vossa, prospera porque aqui não entrou o vosso braço desorganizador'*.

Interessante ressaltar que o discurso levado aos impressos sobre os efeitos da criação da Caixa Econômica do Rio de Janeiro na sociedade carioca é, antes de tudo, um esforço de uma classe mais abastada, a qual interage diretamente com o desenvolvimento econômico e financeiro da Europa. A obra do *O Homem Bemfazejo...* traduzida e republicada aqui no Brasil foi uma tentativa de conscientizar “povo brasileiro” da necessidade da ordem e, conseqüentemente, a reestruturação econômica e política, vigente no contexto pós-abdicação do trono.

Essas questões perpassam lados distintos: no que se refere à constituição desse “*Povo brasileiro*”, com “P” maiúsculo por configurarem aqueles que são tidos como cidadãos, isto é, proprietários de terras e/ou escravos e comerciantes de grosso trato, com algum grau de educação formal e com olhares voltados às experiências dos países europeus. E do outro lado os imigrantes, ênfase nos europeus, que por perseguições ou fuga dos cenários internos conflituosos na Europa (como a França revolucionária e pós-revolucionária), refletiam na sociedade carioca seus anseios e conhecimentos de uma economia em etapas de desenvolvimento mais avançada.

Não obstante, praticamente excluídos, mas pensados por aqueles que conduzem o processo político e econômico do país recém independente, temos o “povo”, com “p” minúsculo, multiforme e sem se identificar como tal. Homens e mulheres pobres, alguns estrangeiros e muitos africanos, forros ou cativos, portanto todos não cidadãos, principalmente por não possuírem os mesmos meios e acessos à propriedade e educação. Como fica assinalado por Gladys Sabina Ribeiro

Partindo do grito do Ipiranga, as discussões nos jornais, dentro do governo, e, logo depois, na Assembléia Constituinte, passaram a se dar ao redor da afeição à nova terra, transmutada em “Pátria” e “Nação brasileira”; ou seja, defendiam-se os interesses daqueles que passaram a ser chamados de **cidadãos brasileiros mesmo que não tivessem nascido no Brasil**. Excluíam-se totalmente os escravos e parcialmente os libertos; considerava-se cidadão apenas aquela parte do Povo igual entre si e branca, ou seja, Povo com “P” maiúsculo, de preferência, cidadão ativo, que tinha, além dos direitos civis, os direitos políticos. Isso quer dizer que, na prática, muitos cidadãos também tinham seus direitos limitados e que muitos dos homens livres pobres e “brancos” eram igualmente desconsiderados. (RIBEIRO, 2002, 27, Grifos nossos)

Nesse sentido, a Caixa Econômica tem a sua origem nas mãos dos “*Povo brasileiro*”, constituído de direitos políticos e civis, mas principalmente proprietários, com o intuito da “*caridade*” impressa na obra do “*O Homem bemfazejo*” transmigrada da França, com cuja a criação de tal estabelecimento viria, acima de tudo, a promover a moralização dos costumes europeus no recém independente país sob as rédeas dessa parcela do “*Povo*”.

IV Breve análise do balanço econômico da Caixa Econômica do Rio de Janeiro

A Caixa Econômica do Rio de Janeiro apresentou números significantes de acionistas. Todas as transações, sejam retiradas ou entradas, ficariam registradas em cadernetas próprias, declarando o nome e a condição do acionista, assim como sua entrada no estabelecimento. Na **Tabela 1** podemos verificar o número de acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro ao final do primeiro semestre de 1833. No começo do ano de 1833, existiam no total 771 acionistas, sendo 33 deles escravos. Esse primeiro semestre é marcado uma entrada maciça de novos membros, aumentando em aproximadamente 71% do total, sendo que se compararmos a relação da participação dos escravos como acionistas, percebemos um aumento abrupto de aproximadamente 235%. Dessa maneira a Caixa ia, aparentemente, cumprindo o seu papel que propusera de atender às classes menos abastadas, chegando ao total de 1.326 acionistas em dois anos e reunindo um total de 157:113\$450. Somente para dados comparativos, quando foi ‘re-criada’ em 1861, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro demorou dois anos para

conseguir 578 poupadores com valores totais de 61 contos de reis (GRINBERG, 2011, 142)

**Tabela 1 - Acionistas da Caixa Econômica do Rio de Janeiro
(1º e 2º Semestres de 1832 ao 1º Semestre de 1833)**

Acionistas	Pessoas Livres			Escravos	Total
	Homens	Mulheres	Menores		
Entrados nos dois Semestres anteriores	325	202	292	33	771
Retirados nos ditos	43	19	19		
Total	282	183	273		
Existentes no começo do presente Semestre	282	183	273	78	553
Entrados no dito	216	125	144		
Retirados no dito	3	2	3		
Total	213	123	141		
Atualmente	495	306	414	111	1326

Fonte: Tabela retirada da publicação no jornal *Aurora Fluminense*, 1833, ed. 733, p. 3130.

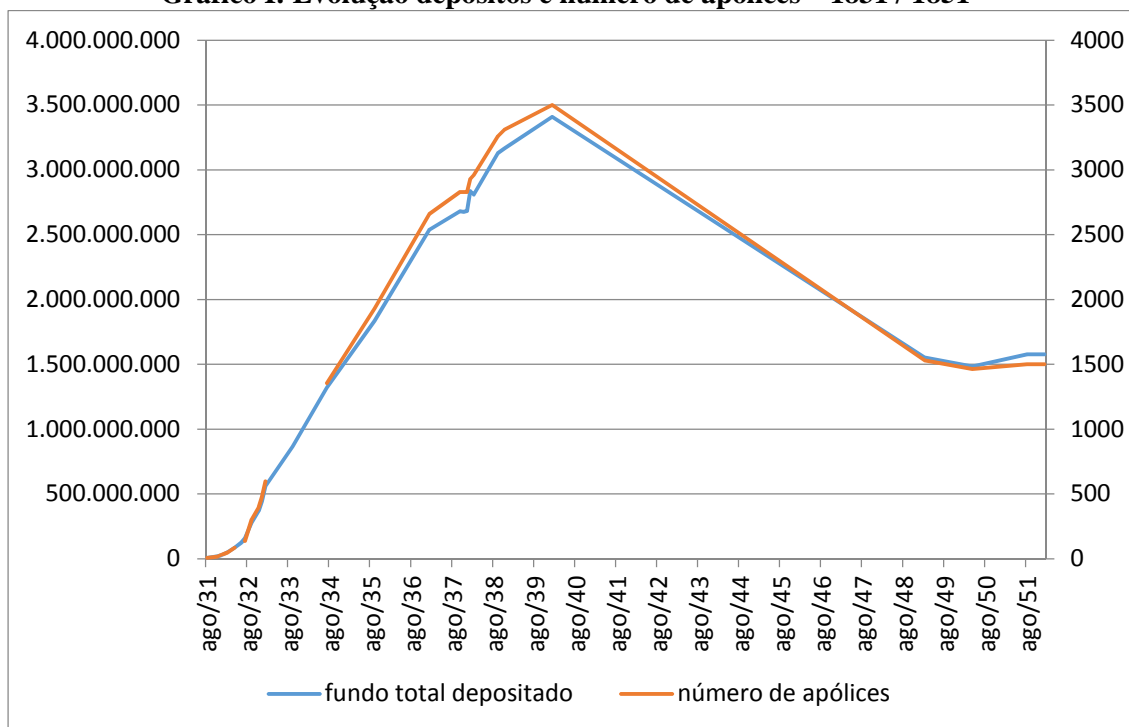
Em 1837, o jornal *Pharol do Imperio* publica uma nota sobre a caixa a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, na qual já constava o total de 3.000 acionistas e 2.500:000\$000 em Apólices de Dívida Pública. Além de explicar detalhadamente o funcionamento das entradas de acionistas, das retiradas dos juros e da aplicação das poupanças em apólices de dívida pública (Pharol do Imperio, 1837, ed. 1.).

As apólices de dívida pública eram emitidas pelo governo imperial no valor nominal de 1:000\$000 (1 conto de réis) a juros fixos de 6% ao ano. Entretanto, os valores reais (ou atuais) dessas apólices poderiam variar conforme o período, como por exemplo, em Janeiro de 1837, o balanço da Caixa demonstrou que 115 apólices de dívida pública foram compradas, no valor nominal de 1 conto de réis cada, pelo valor real de 98:037\$500, isto é, 85% do valor nominal (Idem).

Como podemos verificar no **Gráfico I** e na **Tabela II**, desde a sua origem em 1831, a Caixa Econômica do Rio de Janeiro foi agregando valor ao seu fundo, através da compra das apólices de dívida pública e a entrada de mais acionistas. O maior crescimento relativo que podemos verificar foi no ano de 1835 para 1837, quando o fundo total da caixa (o qual soma o dinheiro existente em caixa com os valores das

apólices) subiu de 1.834 para 2.537 contos de réis, isto é, um aumento de aproximadamente 38%.

Gráfico I: Evolução depósitos e número de apólices – 1831 / 1851¹



Fonte: vide nota 1

Em termos comparativos, o Banco Comercial do Rio de Janeiro, fundado em 1838 pela iniciativa privada e sendo o primeiro banco privado emissor no Brasil possuía o capital inicial de 1.000 contos de réis. Seus serviços atendiam, principalmente, os negociantes ligados ao comércio de importação e exportação de café. Em 1842, o capital do Banco Comercial alcançou a soma de 2.500 contos de réis, enquanto que a Caixa Econômica, no início de 1840, possuía o total de 3.409 contos de réis. Ressaltando que existia um limite de entradas e de poupança, conforme dito anteriormente, assim demonstrando a capacidade de acumulação de capital da empresa advindo, exclusivamente, de pequenas poupanças.

Tabela II: Evolução depósitos e número de apólices – 1831 / 1851

Fundo Total em Caixa	Número de Apólices
----------------------	--------------------

¹ O gráfico foi feito com base nos balanços de receita e despesa publicados numa série de jornais no período da criação (1831) até a liquidação da caixa (1859). Nota-se inúmeras lacunas, uma vez que não foram encontrados lançamentos para todos os anos. A série documental catalogada conta com 37 jornais e mais de 800 páginas, todas pesquisadas através da ferramenta da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – “Hemeroteca Digital” acessado a partir do portal < <http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

ago/31	8:372\$225	8
nov/31	18:334\$075	18
dez/31	28:020\$805	30
jan/32	39:116\$665	39
fev/32	50:467\$700	50
abr/32	86:057\$375	86
jun/32	125:000\$000	-
jul/32	157:113\$450	137
set/32	276:081\$815	303
nov/32	370:323\$287	398
dez/32	444:400\$000	476
jan/33	561:000\$000	596
set/33	866:000\$000	-
jul/34	1.319:239\$280	1.354
set/35	1.833:571\$495	1.930
jan/37	2.536:915\$870	2.659
out/37	2.681:594\$800	2.829
nov/37	2.676:855\$780	2.829
dez/37	2.683:791\$980	2.829
jan/38	2.835:339\$780	2.929
fev/38	2.809:582\$820	2.959
set/38	3.127:665\$100	3.259
nov/38	3.164:825\$700	3.310
jan/40	3.408:737\$300	3.500
fev/49	1553:549\$000	1.531
abr/50	1482:740\$900	1.464
ago/51	1576:136\$100	1.500
jan/52	1576:136\$100	1.500

Fonte: vide nota 1

Portanto, até a década de 1840, a Caixa Econômica avançava a largos passos atendendo às suas proposições iniciais, ainda que o país estivesse inserido num contexto político instável devido às inúmeras contestações ao centralismo do governo. Como podemos verificar na seguinte nota:

[...] As apólices, que tem descido extraordinariamente, hoje 28 do corrente anunciam os jornais, que tem um preço nominal!! A caixa econômica, cujas operações dependem do valor das apólices, tem já sentido os funestos efeitos da baixa, que elas experimentam; e reclama já uma medida, que abrigue este importantíssimo estabelecimento,

deposito das economias que o amor do trabalho, e a moral aconselham, e realizam (O Parlamentar, 1838, ed. 90, p. 370).

As décadas de 1840-50 serão marcadas por uma forte crise administrativa na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que temos uma profusão de bancos no Brasil devido à estabilização política após o longo período de crise. Bancos foram sendo formados nas diversas províncias brasileira, como na Bahia (1845), Maranhão (1846), Pará (1847) e Pernambuco (1851). Ademais, em 1851 no Rio de Janeiro é formada uma importante instituição bancária privada chamada de Banco do Brasil, iniciada pelo Barão de Mauá (RYAN, 2007, 144).

A consequência da inconfiabilidade que ia se formando acerca da Caixa Econômica do Rio de Janeiro pode ser vista na queda no fundo total durante a década de 1840, cujo qual representava o montante de 3.400 contos de réis no início de 1840 e diminuiu para 1.554 em abril de 1850. É razoável supor que, principalmente pelas críticas que citaremos a seguir, a caixa econômica não publicava mais seus balanços nos jornais e essa queda é reflexo do grande aumento de retiradas. Visto que a caixa investia quase por completamente todo o dinheiro recebido e rendido nas apólices, as retiradas representavam a venda das mesmas apólices ao preço de mercado, portanto, com o risco de obter preços não tão satisfatórios.²

Uma série de notícias é difundida a partir de 1851 criticando o Conselho Permanente formado e as decisões tomadas pelo mesmo sobre o futuro da Caixa Econômica do Rio de Janeiro. As assembleias dos acionistas, estabelecidas no estatuto e com a periodicidade semestral, foram se tornando cada vez raras. Podemos verificar através da longa publicação acerca dos rumos da caixa sob uma administração centralizadora e corrupta:

Sr. Redator. - Tem V.S. prestado um serviço imenso à classe pobre e à moralidade pública. A máxima seguida no nosso país é - conseguir sejam quais forem os meios, seja o absurdo maior, que depois de conseguido conservar-se-há [sic], empregando-se os mesmos meios, ou outros ainda mais iníquos se for mister. - Fala-se um dia, dois, três, quando muito: não se dá resposta: vem o desanimo; a consciência pública cala-se, e o abuso, por mais monstruoso que se apresente,

² Não foi encontrado nenhum balanço de receita e despesa durante o período de 1840-50. Como o site da Biblioteca Nacional ainda não está com todo seu acervo disponibilizado, faz-se necessário buscar se não houve de fato publicação desses balanços ou se não foram digitalizados.

ganha formas racionáveis, veste-se com as roupas da verdade e prepondera! Estamos nós tão barbarizados? Um estabelecimento útil, verdadeiramente útil à classe a mais desvalida da sociedade, em seu projeto, pode vingar sem se tornar preza de um interesse torpe particular! **As caixas econômicas são instituições modernas, filhas da humanidade e do patriotismo. A moralidade publica as abençoou; a publicidade as vivifica e aperfeiçoa; mas o indiferentismo dos que as dirigem e a corrupção as prostituem e as matam.** Para que o povo se interesse e tenha fé em uma instituição (e são uma verdadeira instituição as caixas econômicas) é preciso que ele compreenda todas as condições de sua existência, e veja de curtos em curtos prazos os resultados profícuos de sua administração. **É mister que ele tenha perante si provas de que seus lucros são aproveitados, que não se fazem prodigalidades do seu rendimento,** e que o pobre que para ali entrou com as economias tiradas de seus gozos, e filhas da assiduidade do seu trabalho, tenha certeza de receber o verdadeiro juro dessas economias, ou que, acumulando-os, veja aumentar o pequeno capital com que certa na hora do infortúnio para ocorrer aos gastos da enfermidade da mulher e dos filhos, ou as despesas do batizado, da boda, dessas pequenas festas solenes do lar paternal; pois o pobre também as tem. **Mas o que é a caixa econômica atual? O que ela foi antes da reforma, antes dos empregados permanentes, sabemos nós O que ela é hoje, ninguém sabe; e quando não que o digam.** Diga, Sr.redator, se sabe. Que utilidade presta e como vive. Olhe o governo do Imperador para este estabelecimento, que é muito digno de sua paternal consideração. Mande examinar se os estatutos se cumprem. Quais são suas despesas, e em que proporção estão elas com os lucros, e donde provém eles. Que garantia enfim tem os fundos ali depositados. Mande examinar como se fazem os preços das apólices que se dão aos que retiram fundos. E se há rigorosa obrigação de as aceitar em pagamento. Adeus, Sr.Redator, até logo. Assinado O Pobre (Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal. 1851, ed. 280, p.3. Grifos nossos)

Como visto, as críticas partem da falta de transparência com que regiam a direção da Caixa. Outra crítica que endossa a corrupção administrativa da caixa econômica, principalmente citando a reforma no estatuto ao adotar o conselho permanente e a tentativa de liquidação do estabelecimento pelo mesmo:

Caixa Econômica do Rio de Janeiro: Dormiu por largos anos a caixa econômica e agora, parecendo acordar, mostra estar apenas sonhando. **Como perguntaremos se julga o conselho da administração autorizado a pôr em liquidação a caixa? Em que parte dos estatutos lhe é concedida tal atribuição? Ignora o conselho que, segundo a lei fundamental da caixa e segundo o código do comércio, só a assembleia dos acionistas poderia deliberar a tal respeito? Terá o conselho receio de que lhe tomem contas? Por ai se**

diz que há erros de longa data: quererá o conselho, que bem se pode chamar de ilegal pela duração que tem tido, muito além da marcada pelos estatutos, quererá o conselho que com efeito se julguem verídicas as vozes por ai tem aparecido? **Saiba o conselho que exorbita querendo que se liquide a caixa, que exorbita querendo que cessem as entradas e que só se paguem por inteiro os fundos dos diversos acionistas. Não há quem ignore que há grandes sobras, e por isso se diz que a segunda determinação referida tem por fim diminuir o numero daqueles que teriam de ser aquinhoados na partilha das sobras,** efetuando-se a desejada liquidação. Pela nossa parte, se fossemos tesoureiro, não reconheceríamos a validade da deliberação do conselho, e continuaríamos a receber e a pagar, como mandam os estatutos, pois só assim evitaríamos a nossa responsabilidade para com os acionistas, que não podem ficar sujeitos a uma liquidação sem ordem e forma legais. O tesoureiro que pense e resolva; porque, acionista, me reservo para recorrer aos meios que a lei me facultar. Assinado Acionista. (Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal 1857, ed. 241, p. 2. Grifos nossos)

O Conselho convoca a Assembleia dos Acionistas após três anos. Devido à grande quantidade de retiradas, no valor total de 448 apólices, a caixa não consegue mais render os 5% estabelecidos no estatuto aos acionistas e resolve então fechar as entradas a fim de controlar a situação com a formação de um novo conselho (IDEM, 1857, Ed. 264, 1). Esse novo conselho se reúne imediatamente após a sua deliberação na Assembleia dos Acionistas e decide que a caixa deveria voltar a receber entradas, pois só assim seria possível contornar o déficit (Idem, 1857, ed. 271. p. 2.).

Entretanto, não houve aumento de entradas no ano seguinte (1858) e a caixa continuou operando abaixo do rendimento previsto no estatuto. No início 1859, a Assembleia Geral dos Acionistas foi convocada e através dos relatórios apresentados aos acionistas, foi resolvido, por unanimidade a liquidação do estabelecimento em 6 meses (Idem, 1859, ed. 28. p. 1). A partir de então, a Caixa Econômica pública diariamente nos jornais a chamada aos acionistas para que retirem suas poupanças na Caixa, caso contrário, no tempo previsto de 6 meses, o que não foi retirado será doado para o Cofre dos Órfãos (Idem, 1859, ed. 62. p. 2).

Ao prazo de 1 mês restante para a liquidação do estabelecimento, a Caixa Econômica publica uma lista de nomes que ainda faltavam receber suas quantias, caso não as retirassem até o fim do mês seriam doadas (Idem, 1859, ed. 243, p. 1). Enfim, no

dia 8 de outubro de 1859, a caixa é finalmente liquidada com a quantia de 42:456\$000 sendo doada. Nesta lista dos que não retiraram os valores das suas cadernetas de depósitos, podemos verificar um total de 88 escravos e 35 forros.

Contraditoriamente ao que ocorria na corte, a década de 1850 foi marcado pela criação de mais Caixas Econômicas em diversas cidades e províncias, como o decreto número 1.080 (11/12/1852) que aprovou os estatutos da Caixa Econômica da Cidade de Valença, ou o no 2.456 (06/09/1854) que aprovou a Caixa na capital da província de Santa Catarina, ou o 1.919 (04/04/1857) em Santos e em Campos dos Goytacazes. Já na década de 1860 assistimos a incorporação da Caixa Econômica da cidade da Bahia (Salvador) pelo decreto 2.552 (17/04/1860) e a criação da Caixa Econômica e de um Monte do Socorro da Cidade do Rio de Janeiro pelo decreto de 2.723 (12/01/1861) como visto. As dificuldades que essa segunda Caixa Econômica do Rio de Janeiro terá nos seus anos iniciais podem ser indicativo de uma desconfiança gerada pelo fechamento da primeira ainda em 1859 do que propriamente pela concorrência com as demais instituições financeiras como sugerida por alguns autores (GRINBERG, 2011).

V. Conclusão:

A primeira Caixa Econômica do Rio de Janeiro teve uma trajetória de 28 anos até o seu final melancólico em pleno período de efervescência bancária que foi o início da década de 1860. A sua importância para a economia do Império e, particularmente para as classes ‘populares’ foi tal que a mesma será recriada por decreto imperial em 1861. Daí por diante existem alguns indícios da grande importância que essa poupança popular terá para, entre outras coisas financiar o próprio Estado Imperial, depois Republicano (MARCONDES, 2014).

O processo de criação da primeira Caixa Econômica do país envolveu uma parcela significativa dos grupos dominantes do Império Brasileiro, daqueles que construíram politicamente o Estado Brasileiro, a população pobre e de escravos poderia ser disciplinada e civilizada a partir do trabalho e do ato de poupar. A construção de uma civilização envolvia uma dimensão econômica até o momento pouco levada em conta pela historiografia que se dedica a História Política da construção do Estado Brasileiro.

A importância econômica que a Caixa assumiu no seu auge, nos revela, por sua vez, a dimensão de uma economia urbana com alta capacidade de geração de renda, mesmo para a população cativa. Por fim, o insucesso da Caixa Econômica deve ser melhor investigada, porém no elogio fúnebre ao seu primeiro secretário (José Florindo de Figueiredo Rocha) ainda em 1862 onde foi dito:

Causas diversas, que seria inoportuno estudar e esclarecer agora, empeceram [sic] o desenvolvimento e a prosperidade da caixa econômica: elas porém não podem nem embaçar o brilhantismo, nem emurcheçar a beleza do pensamento que presidiu a sua criação e da ideia complexa e majestosa que ela exprime. (Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil)

Bibliografia

ADAMS, A.A. **The Caixa Econômica: A social and economic history of popular banking in Rio de Janeiro, 1821-1929**. Tese de Doutorado. 2005. Havard University, Massachussets.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva; SARAIVA, Luiz Fernando. Sociedade Montepio dos Artistas: pecúlio e auxílio mútuo numa sociedade do Recôncavo da Bahia. **Congresso Internacional de Cajas de Ahorros**, Múrcia: Editora da Universad de Múrcia, 2008.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte regencial. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 41-67, 2007.

COSTA, Juliana Camargos [et ali] **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

Discurso do Orador do Instituto o Sr. Dr. Jm. De Macedo. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Tup. De Luiz dos Santos, Tomo XXV.

GRINBERG, Keyla. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2^a metade do século XIX). **Revista de Índias** 71(251), 2011. P 137-158.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Revista Dados** publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011,

LEVY, Maria Bárbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARCONDES, Renato Leite. Caixas Econômicas públicas e depósitos populares no Brasil (1861-1940). **América Latina em la Historia Económica**. Revista de Investigación, vol 21, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, p. 116-143.

MULLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br> acessado em 02/03/2015 às 15h00min.

O Parlamentar, 1838, ed. 90, p. 370.

PACHECO, Claudio. **História do Banco do Brasil**. Brasília, Banco do Brasil, 1973. Vol.2 e 3.

PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias**. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1976.

PEREIRA, Alfredo Leal de Sá. **Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado – Ligeiro Resumo de seu primeiro centenário 1835-1935**. Rio de Janeiro (reeditado): Jornal do Comércio, 1952.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo de liberdade e a participação de homens livres pobres e “de cor” na independência do Brasil. **Caderno Cedes**. Campinas: UNICAMP, v. 22, nº 58, 2002.

RYAN, Joseph James (Jr). **Credit where Credit is Due: Lending and Borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900**. (Tese de Doutorado), Los Angeles: University of California, 2007.

SARAIVA, Luiz Fernando. O Homem Bemfazejo: Bibliotheca Constitucional do Cidadão Brasileiro, Mercado Editorial, Cidadania e a Construção do Império Brasileiro, Rio de Janeiro 1831–1832. **Outros Tempos**, Revista do Departamento de História da UEMA, vol. 11, n.18, 2014 p. 208-232.

SILVA, Maria Conceição Barbosa Costa e. **O Monte Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1998.

Jornal A Verdade, edição número 00110, página 2.

Jornal A Verdade, edição número 00133, página 3.

Jornal A Verdade, edição número 136, página 3 e edição número 141, página 3.

Jornal A Verdade, edição número 206, página 3 e 4.

Jornal Astrea, edição número 796, página 2747. Grifos no original.

Jornal Astrea, edição número 810, página 2813.

Jornal Diário do Rio de Janeiro, edição número 800015, página 1 e 2.

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal. 1851, ed. 280, p.3. Grifos nossos.

Pharol do Imperio, 1837, ed. 1.

Causas diversas, que seria inoportuno estudar e esclarecer agora, empeceram [sic] o desenvolvimento e a prosperidade da caixa econômica: elas porém não podem nem embaçar o brilhantismo, nem emurcheçar a beleza do pensamento que presidiu a sua criação e da ideia complexa e majestosa que ela exprime. (MACEDO, 720) Discurso do Orador do Instituto o Sr. Dr. Jm. De Macedo. *In* Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: Tup. De Luiz dos Santos, Tomo XXV